
Ultrapassando o debate entre convergência e divergência urbanas: a arquitetura e o urbanismo em um contexto global *

Clara Irazábal

Passente / Presturo / Futuado // Pressado / Passuro / Futuente // Pressauro

Augusto de Campos, 1986 **

Citando indicadores econômicos, práticas arquiteturais e de planejamento, alguns pesquisadores têm argumentado que as cidades do Terceiro Mundo e do Primeiro Mundo estão se tornando cada vez mais semelhantes. Outros, porém, discordam desta teoria da *convergência*, alegando que tais similaridades são apenas superficiais. Trato, neste artigo, desse debate teórico, argumentando que as discrepâncias entre as duas teorias são mais aparentes que reais; proponho, em seguida, que se privilegie a abordagem da *convergência* mais na solução dos

problemas do que na semelhança entre eles, sublinhando o papel que a participação cidadã e a governança urbana tiveram em experiências bem-sucedidas em cidades tanto do Terceiro como do Primeiro Mundo. Reflito igualmente sobre a arquitetura e o urbanismo da *convergência*, tal como percebidos nas novas cidades globais. Identifico a arquitetura e o urbanismo da globalização, independentemente das divisões Norte-Sul, com concentração espacial em nós pós-industriais de negócios internacionais, *gentrificação* de áreas centrais

* Tradução de Vitor Acselrad.

** Este poema combina os sentidos de passado, presente e futuro, e termina com um neologismo com significado próximo ao de pressagiar; no caso, a interpenetração de passado, presente e futuro.

e fragmentação dos espaços públicos pela fortificação de comunidades abastadas e *guetificação* das populações excluídas. Por fim, desenvolvo algumas idéias quanto ao potencial da arquitetura

ra e do urbanismo da *divergência* como expressões de mudanças nas demandas sociais e políticas e na formação de novas identidades no âmbito urbano.

O debate sobre convergência/divergência urbanas

A indagação que exprime o debate entre as teorias da convergência/divergência urbana é simples, tal como formulada por Michael Cohen, um dos expoentes do ponto de vista da convergência: “estão as cidades do Norte e do Sul tornando-se mais parecidas na era da globalização?” (Cohen, 1996, p. 25). Outras contribuições ao debate concordam em maior ou menor grau com esse postulado (ver Savitch, 1996; Scheingart, 1996; entre outros). Concentrarei a apresentação do debate a partir das formulações de dois autores – a defesa da convergência por Michael Cohen *versus* as posições críticas de Nezar AlSayyad, não como postulante da divergência, mas como oponente da convergência. A exposição dessas formulações e suas diversas nuances nos dará a oportunidade de tirar, se não conclusões definitivas sobre a questão, ao menos reflexões que podem informar nosso trabalho como pesquisadores críticos e/ou profissionais reflexivos atuando nos âmbitos arquitetônicos e urbanísticos locais e globais.

Michael Cohen elabora um conjunto de fatores econômicos, sociais, infra-estruturais, ambientais e institucionais que estão criando problemas semelhantes

nas áreas urbanas tanto do Norte como do Sul. Na articulação do argumento, porém, as similaridades que Cohen percebe entre cidades no Sul e no Norte restringem-se principalmente a fatores econômicos e políticos. As áreas de convergência que ele cita são o crescente desemprego, o colapso do pacto social e as fraquezas institucionais. Com relação ao ambiente físico urbano, menciona também fatores convergentes na infra-estrutura declinante e no ambiente deteriorado. Para Cohen, esses problemas são globalmente compartilhados, independentemente do grau de desenvolvimento das cidades, e traduzidos em disfunções sociais similares tais como o colapso do pacto social e o crescimento do crime, da violência, do racismo e da xenofobia.

Um importante aspecto da posição de Cohen é o reconhecimento de que, a despeito da ubiquidade desses problemas, eles não podem ser equacionados e resolvidos da mesma forma nas áreas urbanas no Sul e no Norte. Partindo do centro da análise de Cohen, essa assertiva pode ser interpretada com base principalmente no fato de os recursos econômicos e políticos serem mais es-

cassos no Sul. Mesmo assim, o autor vai explicitamente além dessa consideração unilateral, ao afirmar que “importantes diferenças nas culturas locais e nacionais resultam em atribuição de sentidos distintos a características aparentemente semelhantes” (Cohen, 1996, p. 25). Cohen reconhece assim que as distintas habilidades de cada cidade em equacionar seus problemas urbanos são determinadas por suas culturas locais e nacionais, por seus níveis diferenciados de recursos, suas capacidades gerenciais e fiscais, e sua organização política (Ruble, Tulchin e Garland, 1996). Afirma adiante que a discrepância nas capacidades econômicas, financeiras e institucionais concorre para os diferentes potenciais de melhoramento urbano.

O reconhecimento dos diferentes graus e significados desses problemas compartilhados entre o Terceiro e o Primeiro Mundos é em seguida ampliado, quando Cohen admite as diferenças entre *quaisquer* duas cidades. Assim, ele reconhece não só o significado das percepções sociais e motivações culturais locais, mas também as particularidades de cada lugar e paisagem cultural como base para a gestão urbana.

Conclui a discussão enfatizando “a importância do ‘subjeto’ no entendimento do significado da convergência” (Cohen, 1996, p. 36-37). O subjetivo – como Cohen designa as percepções, as motivações e as culturas locais – deve constituir a base para a política e a ação que respondem de modos particulares às causas comuns e manifestações globais dos processos urbanos. O ponto

que melhor preserva a teoria de Cohen do determinismo estrutural é sua distinção, no tempo, entre “as condições objetivas e os sentidos percebidos dessas condições” (ibid.). Ele chama essa justaposição de “paradoxo urbano”: “Mesmo que as condições objetivas estejam se tornando mais similares e compartilhadas no plano global, seus sentidos estão se tornando mais locais e subjetivos” (ibid.). Em uma revelação bem provocativa, Cohen afirma que, em última instância, a similaridade entre o Sul e o Norte é, paradoxalmente, o crescente fenômeno da afirmação do local em todos os contextos geográficos. As implicações dessa tendência convergente para a arquitetura, o desenho urbano e o planejamento, entretanto, quase não são exploradas em seu trabalho.

Debatedores críticos da teoria da convergência, ao contrário, argumentarão que não são apenas os *sentidos* das condições urbanas objetivas que estão se tornando expressões diferenciais do local, mas igualmente as próprias expressões *urbanas físicas e objetivas*. Assim, as disciplinas do desenho, argumenta AlSayyad (1996), estão entre os mais importantes meios para a reafirmação do local. Desse modo, AlSayyad rejeita a teoria da convergência de Cohen, sustentando que as similaridades no ambiente construído podem se afigurar pouco significativas, escondendo, de fato, diferenças mais profundas e transcendentais. Para AlSayyad, os contextos históricos e culturais dos desenvolvimentos urbanos são as legítimas *lentes* através das quais uma interpretação apropriada das transformações urbanas

pode ser feita (Ruble, Tulchin e Garland, 1996), afastando o debate do foco nas variáveis econômicas.

O argumento apresentado por AISayyad se inicia pelo reconhecimento de que, na verdade, “pode ser” que os indicadores socioeconômicos particulares que Cohen selecionou mostrem que as cidades no Sul e no Norte estão convergindo.¹ Entretanto, AISayyad assume a *fisicalidade* do ambiente construído como o âmbito da discussão e sugere que “as similaridades nos ambientes construídos dessas cidades são apenas aparentes e não reais”. Alerta-nos para o fato de que se quisermos entender a relação entre as cidades no Sul e no Norte na nova fase da globalização, não devemos nos esquecer dos diferentes processos históricos de colonização/pós-colonização e/ou dependência/independência/nacionalismo por que atravessaram. Apenas essa compreensão cultural e histórica, diz ele, pode fornecer o contexto para a explicação do corrente desenvolvimento físico das cidades. Propondo uma abordagem que enfatiza a dialética sistêmica e a agência contra o paradigma mais prevalente da globalização como um modelo unificador e incontestável de transformação econômica, AISayyad (1996, p. 108) sugere que

(...) Na era da globalização, quando a cultura está se tornando crescentemente desterritorializada, o urbanismo manterá alguma relevância em razão de sua habilidade em explicar

a especificidade das culturas locais. O urbanismo continuará a ser uma arena vibrante onde for possível observar como as formas da dominação global são mediadas por lutas locais.

De acordo com tal assertiva, a arquitetura e o urbanismo locais são as arenas preferenciais em que as tensões entre as forças locais e globais são postas em jogo.²

Parece, então, que as discussões entre os proponentes e oponentes da teoria da convergência são, para usar as palavras de AISayyad, “mais aparentes que reais”. As profundas complicações teóricas do debate “global-local” nos força a olhar além da falsa dicotomia da convergência/divergência. No máximo, esse debate bipolar pode dar-nos uma visão parcial dos efeitos da dinâmica global-local sobre o ambiente construído, mas não acrescenta nada que constitua um sólido quadro teórico que nos ajude a focalizar as implicações mais amplas da espacialidade local em um mundo global e o papel da arquitetura, o do desenho urbano e o do planejamento como definidores do *status* da cidade nas redes regionais e globais. Na realidade, torna-se mais produtivo concentrar-se naquilo a que Cohen e AISayyad estão se referindo, isto é, na genealogia do debate teórico. Portanto, torna-se imperativo fazê-lo ultrapassando a dicotomia convergência/divergência – que é, quanto a isto, algo como um “questão vazia”.

¹ A escolha que AISayyad faz das palavras parece revelar seu desconforto com esta concessão.

² Para essa discussão, estou considerando a produção do ambiente construído tanto por profissionais do desenho como por pessoas leigas.

Na base dos argumentos, encontra-se a confrontação entre um entendimento neoliberal e um entendimento pós-estruturalista da paisagem global corrente, afirmados pelas posições de Cohen e de AISayyad, respectivamente. Em seu posto de executivo do Banco Mundial por muito tempo, Cohen parece ter desenvolvido uma crença dos efeitos de equalização social e homogeneização espacial associados ao crescimento econômico, que ele vê refletidos no mundo urbano que analisa. Como tal, ele não penetra na análise de nenhuma localidade urbana em particular, privilegiando uma visão global.

AISayyad, por sua vez, trata dos sistemas históricos mundiais de dominação no interior dos quais a globalização está contida. Seu enfoque, fundamentado na análise de sistemas-mundo,³ focaliza-se em sistemas de representação tais como conformados pelas economias políticas. Não podemos entender o desenvolvimento histórico de sistemas de poder tais como o colonialismo/desenvolvimentismo/globalização, a dinâmica das interconexões e os processos de transição entre eles, sem entender os sistemas sociopolíticos de sentido nos quais eles estão incorporados, que eles contribuem a criar e que por eles são afetados. É no interior dessa compreensão que AISayyad (1996, p. 120) nega fortemente a convergência, concluindo que

mesmo que exista uma cultura mundial, é uma cultura marcada pela gestão da diversidade mais do que pela replicação da uniformidade. Uma cultura mundial é também essencialmente a cultura dos grupos dominantes (...) Isto pode implicar que qualquer indicador de convergência reflete apenas a auto-representação particular dos dominantes e não uma verdadeira integração das cidades do Sul num sistema mundial.

O enfoque de AISayyad tem por essência o que é talvez a maior contribuição do pós-estruturalismo aos debates intelectuais correntes – da arquitetura à literatura –, a ênfase na interseção do poder com o conhecimento.

Aprofundando-nos em seus argumentos, veremos que neoliberais e pós-estruturalistas compartilham algum nível de acordo analítico: eles evidenciam as dificuldades analíticas que a dicotomia Terceiro Mundo / Primeiro Mundo apresenta para os estudos urbanos. Ambos reconhecem que, enquanto existem tendências de transformações urbanas causadas por forças da globalização fora do controle das nações, dos estados nacionais e locais que têm influências similares no ambiente das cidades no Sul e no Norte, essas influências são interpretadas – sentidos lhes são atribuídos –

³ A análise dos sistemas mundiais é uma abordagem do estudo das mudanças sociais desenvolvida por Immanuel Wallerstein (1974, 1991). Consiste num estudo combinado dos aspectos econômicos, políticos e sociais com a História em uma ciência social histórica holística. A análise dos sistemas mundiais trata o mundo como uma entidade única. Assim, qualquer estudo significativo da mudança social não pode ser feito país por país, mas deve incorporar todo o sistema mundial. Em outras palavras, os países não se desenvolvem autonomamente: eles têm trajetórias de desenvolvimento no interior do sistema mundial (Taylor, 2000).

através de lentes histórico-culturais que variam conforme as localidades, gerando similaridades urbanas mais aparentes que reais. Ademais, a diferença mais importante entre as duas perspectivas encontra-se ao nível da análise – enquanto os proponentes da convergência parecem prestar mais atenção aos macroindicadores de perfil econômico e político, os oponentes da convergência concentram-se nas práticas quotidianas e na produção do ambiente construído, assim como em outras expressões e representações da cultura. A compreensão da cidade como unidade de análise por essas duas correntes é consideravelmente diferente, o que torna mais confuso o debate.

Apesar da contribuição potencial que a exploração empírica das convergências/divergências das cidades pode representar para os estudos urbanos, o fato de as contraposições de conceitos serem mais aparentes que reais pode trazer o risco de acrescentar dificuldades às já complexas tarefas de compreensão das velozes mudanças urbanas que o mundo, tanto no Sul quanto no Norte, está experimentando. Os argumentos alinhados na teoria da convergência/divergência, longe de fornecer alguma nova luz à intrincada realidade urbana, parece estar refletindo outros conceitos analíticos, tais como o enunciado por Castells (1989), Mollenkopf (1992) e Sassen (1991) – entre outros – sobre a “cidade dual”, fenômeno também conhecido por outros nomes (por exemplo, cidades “estressadas”, Savitch, 1996; cidades “fortaleza”, Davis, 1990; cidades “fractais” e cidades “carcerais”, Soja,

2000). Com efeito, a pesquisa urbana de diversas disciplinas mostrou claramente que a transformação global da economia internacional causou o crescimento da polarização da sociedade. Assim, a parcela da sociedade com maior renda tornou-se menos localizada e mais homogênea em seu estilo de vida, compartilhando uma tendência “convergente” em direção a uma cultura comum. Essa convergência seria expressa em todos os produtos da cultura, ainda que superficialmente – incluindo a arquitetura e a forma urbana. O crescente número de excluídos e segregados, porém, com frequência tornou-se mais fixo em seus lugares e construíram “identidades de resistência” (Castells, 1997, p. 8), “divergindo” na sua busca por auto-identificação através da oposição evidente a tudo o que representasse forças globais e “o outro”. Essas identidades de resistência e a oposição aos efeitos da globalização em geral causaram transformações no ambiente físico sob diversos modos, particularmente através da reinvenção da tradição (Hobsbawn, 1983) e da reapropriação da herança.

Cohen não está sozinho em sua posição pela tese da convergência. Sivaramakrishnan e outros concordam com a tese da convergência crescente entre cidades no Sul e no Norte com relação às questões do ambiente urbano. De particular significação é, entretanto, a interessante contribuição de Sivaramakrishnan à discussão, que aponta uma crescente *convergência de abordagem nas soluções desses problemas*. Perspectivas comparadas da arquitetura e/ou urbanismo das cidades do Terceiro e do Primeiro Mundo

que concentram mais potencial de convergência nos *enfoques* de soluções, em lugar do, ou em acréscimo ao, enfoque dos *problemas*, distinguem-se pelo fato de que suas experiências usualmente “ênfatizam a participação dos ‘*stakeholders*’ na resolução dos problemas e ajudam a provocar contatos mais próximos entre grupos de cidadãos e agências governamentais”, elevando “a capacidade de contribuir para a substância e a qualidade da governança urbana” (Sivaramakrishnan, 1996, p. 238).

Onde ficamos quanto aos modelos de governança urbana e planejamento em meio a essa realidade? Forças globais influenciam fortemente e são refletidas em experiências em âmbito local, em que a importância de redes flexíveis, na ausência de um *locus* fixo do poder, determina em muito a habilidade de as “coalizões governativas” (Stone, 1998) ou “redes associativas” (Chalmers et al., 1997) responderem efetivamente aos desafios urbanos, tanto no Sul como no Norte. Assim, as características gerais das redes associativas propostas para a América Latina – isto é, diversidade, reconfiguração constante, ênfase em políticas cognitivas e menor proeminência de hierarquias rígidas – são também os traços que descrevem as coalizões governativas efetivas nos EUA. Entretanto, “a ação política baseada na solidariedade e na coordenação horizontal” entre os

grupos “dentro e através dessas redes e arenas cambiantes – para empreender ação comum sem uma organização unificada e centralizada – permanece um desafio” (Chalmers et al., 1997, p. 582) tanto no Norte como no Sul. Por certo, as opções para que a participação cidadã transforme positivamente o ambiente construído cresceram em geral pelo mundo. Os cidadãos dos países em desenvolvimento e desenvolvidos estão pressionando por participação mais substancial que exerça maior controle sobre os processos de governança urbana e planejamento. E, como alguns tecnocratas governamentais e elites de negócio já perceberam, a participação cidadã empreendida desde o início do processo de planejamento urbano pode, sob vários aspectos, evitar conflitos, reduzir prazos e custos (Ducci, 1996), tanto no Sul como no Norte.

Mas, como todas essas idéias sobre convergência/divergência refletem-se no ambiente construído? A seção seguinte deste artigo apresenta algumas notas sobre convergências na arquitetura e no urbanismo das assim chamadas cidades “globais”. Formulamos então algumas idéias a respeito das potencialidades da *divergência* para a arquitetura e o urbanismo, como expressão das mudanças sociais, das contestações políticas e da formação de novas identidades no âmbito urbano.

A arquitetura e o urbanismo da cidade global: um ambiente construído convergente?

As idéias teóricas supracitadas ajudam a equacionar a questão da convergência/divergência em arquitetura e urbanismo. Ao final, a escolha não é entre uma globalização opressiva e uma localidade vibrante. Isto seria um falso dualismo. Conseqüentemente, seria simplista afirmar que teóricos como AISayyad estão celebrando o local. Ironicamente, são, antes, o Banco Mundial e outras instituições de desenvolvimento que estão celebrando o local. Como enfatiza Michael Watts (1995), no pior dos casos, tal atitude é um novo populismo que legitima o desmonte do Estado de Bem-Estar e a implementação de ajustes estruturais.

Tanto as forças homogeneizantes e as da heterogeneidade acionadas pelos fenômenos da globalização, quanto as tensões que elas envolvem, se expressam na arquitetura e na forma urbana, bem como se revelam em outras manifestações culturais. Geralmente, podemos dizer que a arquitetura e a forma urbana que abrigam os centros operacionais geradores do *espaço dos fluxos* são *convergentes*, ao passo que a arquitetura e a forma urbana que constituem os lugares que abrigam tanto os indivíduos desligados do espaço de fluxos

como os que se movem de um para o outro – trabalhando em espaços de fluxos e vivendo no espaço dos lugares – são divergentes.⁴ Claramente, a disjunção e, por enquanto, o crescente afastamento entre o espaço dos fluxos e o espaço dos lugares impõem enormes tensões a indivíduos e sociedades, bem como à teoria e à prática da produção de lugares. Na visão de Castells,

a menos que pontes culturais e físicas sejam deliberadamente construídas entre essas duas formas de espaço, podemos estar rumando para uma vida em universos paralelos cujos tempos não podem se encontrar por terem sido reconfigurados como dimensões distintas de um hiperespaço social” (Castells, 1996, p. 428. Grifo do autor).

A existência paralela dessas duas estruturas espaço-temporais contrastantes pode levar a uma esquizofrenia social, mas seu discernimento conceitual é uma operação básica que temos de realizar para, em última instância, distinguir os ambientes construídos convergentes e divergentes.

⁴ Utilizo definições de Castells (1996) para *espaço dos fluxos* e *espaço dos lugares*. O espaço dos fluxos é uma nova lógica definida como “a organização material de práticas sociais de compartilhamento do tempo que operam em fluxos (‘seqüências propositais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente disjuntas mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, políticas e simbólicas da sociedade’)” (p. 412), sendo o espaço “o suporte material de práticas sociais de compartilhamento do tempo” (p. 411); e o lugar, “um local do qual a forma, a função e o significado estão autocontidos em fronteiras de contigüidade física” (p. 423).

Exemplos de arquitetura e urbanismo de convergência – submetidos às forças globais – e de divergência – resistentes às forças globais – são examinados por outros autores. Ainda assim, proponho mais uma vez a superação das dicotomias e/ou a promoção de modelos de investigação híbridos e mais inclusivos. Atualmente, o fenômeno do crescimento de grupos populacionais vivendo em espaços intersticiais é estudado pela antropologia crítica e por estudos culturais pós-coloniais, em particular pela antropologia transnacional de Arjun Appadurai ou por críticos como Homi Bhabha, Edward Said, ou Gayatri Spivak. O recurso a esses quadros teóricos e analíticos pode certamente beneficiar nosso próprio trabalho, caracterizando o papel da arquitetura e do urbanismo como definidores da identidade e do *status* da cidade nas redes regionais e/ou global. O envolvimento voluntário ou forçado dos sujeitos em múltiplas escalas de hibridismo em nosso mundo está ocorrendo por toda parte, de diferentes formas e em diferentes níveis, exprimindo-se doravante no ambiente construído.

Appadurai argumenta que “o problema central das atuais interações globais é a tensão entre homogeneização cultural e heterogeneização cultural” (Appadurai, 1996, p. 32). Assim como ele, acredito que demasiado crédito tem sido dado ao papel das forças de mercado e da mídia na *comodificação*, *americanização* e *globalização*, tornando crescentemente homogêneas as culturas do mundo. Inversamente, mais atenção deveria ser dada às muitas forças contrárias de “disjunção e diferença” – isto é,

indigenização, sincretismo, hibridização, resistência e ruptura – que reafirmam e/ou reordenam o poder de identidades e culturas heterogêneas. Em vez de me fixar nos efeitos homogeneizadores da interdependência global, sustento o enfoque mais produtivo da perspectiva pós-colonial que investiga as heterogeneidades disruptivas de nosso mundo pós-moderno. Essa perspectiva redefine o discurso da globalização não como uma simples dicotomia de convergência/divergência, mas como múltiplas escalas de interação e hibridismo desde o mais global até o mais local e individualizado, emergindo de processos simultâneos de homogeneização e heterogeneização – fenômeno também conhecido como transnacionalismo (Soja, 2000; Smith, 2001; Ong, 1999).

Como produtos da cultura, o significado prático e epistemológico dos ambientes construídos situa-se de forma variada em uma rede multidimensional de fluxos de identidade e poder. Um ambiente construído está sempre submetido a indeterminações que resistem ao fechamento do sentido, e assim como há diferenças entre cidades, há diferenças no interior de uma cidade. Tentando forçar ambos os limites da convergência e da divergência e avançando a noção de múltiplas escalas de hibridismo, invoco o termo *différance*, cunhado por Jacques Derrida. Como um neologismo criado a partir do verbo francês *différer*, que significa ao mesmo tempo “diferir” e “postergar”, o termo *différance* é deliberadamente ambíguo, demonstrando que o sentido é “incerto” e, pois, infinitamente deferido. De modo mais suges-

tivo, a palavra tornou-se um termo intercambiável para desconstrução e, como tal, solapa qualquer sentido de unidade ou do seu oposto:

conceber a *différance* em *oposição* a outro termo, tal como unidade, seria fixá-la numa certa *posição* e assim suprimir o que a caracteriza: suspensão, movimento, diferimento. Portanto, (...) é um termo alternativo ao mesmo tempo para unidade e diferença. (Sim, 1999, p. 229. Grifos do autor).

O objetivo seria superar concepções naturalizadas de culturas espacializadas (culturas do Primeiro Mundo *versus* Terceiro Mundo) e explorar em seu lugar a produção da diferença no interior de um espaço compartilhado e conectado, atravessado por relações econômicas e políticas de desigualdade (Gupta e Ferguson, 1999).

Para explorar processos de *différance* no mundo contemporâneo, é preciso teorizar como o espaço vem sendo desterritorializado/reterritorializado. A “distância” entre os ricos de São Paulo ou da cidade do México e os de Nova York ou de Los Angeles parece menor que aquela entre diferentes classes na mesma cidade:

Localização física e território físico, por tanto tempo o *único* esquadro pelo qual a diferença cultural poderia ser mapeada, devem ser substituídos por múltiplos esquadros que nos permitam ver que a conexão e a contigüidade – mais genericamente, a representação do território –

variam consideravelmente segundo fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e são acessíveis de formas diferentes àqueles que se encontram em diferentes locais no campo do poder. (Ibid., p. 50. Grifo dos autores)

Há, no entanto, certas tendências convergentes e divergentes que geralmente definem o ambiente construído no início do novo século. Neste artigo, focalizo a arquitetura e o urbanismo da convergência tais como percebidos nas novas “cidades globais”. Essas cidades globais formam a rede que Sassen chamou de “nova geografia da centralidade”, isto é, a “geografia de lugares estratégicos na escala global, lugares vinculados uns aos outros pela dinâmica da globalização econômica.” Para Sassen, “introduzir as cidades em uma análise da globalização econômica permite-nos reconceituar processos de globalização econômica como complexos econômicos situados em lugares específicos” (Sassen, 1996, p. 11). Estendo o enfoque analítico de Sassen da economia para abranger o âmbito cultural da produção da arquitetura e da forma urbana naquelas cidades globais.

Também incorporo os comentários precisos de Castells acerca das novas relações entre globalização e urbanização. Para ele, a noção de “cidade global” supera a definição de Saskia Sassen, que em sua opinião reproduz o velho modelo analítico hierárquico já esboçado por Friedmann com sua noção de “cidade mundial”. De acordo com Castells, a cidade global é feita de fragmentos de cidade dispersos pelo mundo – em São Paulo,

na Cidade do México, em Tóquio e em Nova York, por exemplo – que, ao invés de estarem relacionados de modo hierárquico, formam redes de ação dentro do capitalismo informacional. Essas redes urbanas globais permitem falar de um fenômeno de marginalidade urbana real e crescente, que exclui da nova dinâmica social e econômica os que não atingem a conexão com as redes globais. Assim, é agora que a polarização social que deu vida ao “mito da marginalidade”, desmontado por Perlman nos anos 1960, pode ter se convertido numa séria realidade. Embora dramática, essa realidade corrente deixa algum espaço para a ação. Pesquisadores urbanos e profissionais do desenho urbano deveriam questionar os quadros analíticos que enfocam e sublinham os impactos das forças globais sobre o local, favorecendo em seu lugar os que ajudam a decifrar a interação entre os dois âmbitos. Portanto, os pronunciamentos apocalípticos sobre os efeitos irrevogáveis da globalização deveriam ser questionados (Irazábal, 1999).

E é preciso, ainda, conectar culturalmente a rede de nós do espaço dos fluxos, cada vez mais procurada através da uniformidade arquitetônica:

O espaço dos fluxos inclui a conexão simbólica da arquitetura homogênea nos lugares que constituem os nós de cada rede através do mundo, de modo que a arquitetura escapa da cultura e da história de cada

sociedade e é capturada pelo novo imaginário, mundo maravilhoso de possibilidades infinitas que subjaz à lógica transmitida pela multimídia. (Castells, 1996, p. 416-417).

Essa homogeneização da arquitetura viola códigos históricos intrínsecos a geografias específicas: “o aprisionamento da arquitetura em uma abstração histórica é a fronteira formal do espaço dos fluxos” (ibid. p. 417).

A arquitetura dos centros a partir dos quais fluxos de pessoas, de informação e de capital são gerenciados é a arquitetura mais pragmática da globalização. Refiro-me a quartéis-generais de corporações transnacionais e seus serviços interconectados (centros de convenção, salões de exibição, aeroportos, cadeias de hotéis e restaurantes etc.). Acostumamo-nos a ver essa arquitetura de “novo estilo internacional” em cidades globais de primeira linha – Nova York, Tóquio, Londres –, que são, afinal, cidades globais no Primeiro Mundo, e muita pesquisa sobre elas tem sido feita (ver Sassen, 1991; Mollenkopf e Castells, 1992; Fainstein, Gordon e Harloe, 1992; entre outros). O que é relativamente novo é o fenômeno da disseminação desses tipos de desenvolvimento em cidades globais do Terceiro Mundo, que para alguns são de segunda linha na rede internacional (Halfani, 1996). Os casos de São Paulo e da Cidade do México podem ser vistos como dois exemplos que confirmam essa tendência.⁵

⁵ As palavras de Sassen a respeito dos estudos sobre globalização pelo geógrafo Milton Santos são reveladoras: “O fato de seu pensamento [de Santos] tecer tão precisamente a narrativa da globalização que encontra em Nova York, embora estivesse em São Paulo enfocando aquela cidade, é para mim o surgimento da idéia de que estamos lidando com uma dinâmica global” (Sassen apud Souza, 1996, p. 90).

Embora fazendo parte da geografia tradicionalmente identificada com o Terceiro Mundo, São Paulo atrai grandes corporações transnacionais e o estilo de vida que acompanha tais empresas. Isso porque a cidade oferece o *milieu* que permite que floresçam os negócios globais – serviços técnicos e eletrônicos de alta tecnologia, uma ampla base de serviços de apoio, dinamismo cultural cosmopolita etc. Em anos recentes, o estilo internacional de arquitetura para edifícios empresariais espalhou-se pela cidade, deixando para trás o antigo nó do centro comercial para se disseminar agora ao longo de um corredor periférico principal, em particular na Avenida Berrini.⁶ Alguns dos desenhos desses projetos são criação de firmas internacionais de arquitetura, especialmente dos EUA. Como efeito colateral, esses edifícios implantados trazem consigo um renascimento da construção local e da especulação imobiliária. Vários empreendimentos residenciais e de serviços agrupam-se em torno desses quartéis-generais transnacionais, atendendo à classe de executivos de elite que trabalham para essas

corporações e que freqüentemente provêm do mundo inteiro para ficar alguns meses ou poucos anos. Apartamentos luxuosos de 700 m² e quatro vagas na garagem passam de exceção a norma nesses novos edifícios residenciais, exacerbando a crescente disjunção na estratificação social que caracteriza São Paulo. O fenômeno da cidade dual, ou seja, a progressiva polarização de estratos sociais nas cidades globais, em que os ricos se tornam menos numerosos e mais ricos e os pobres, mais pobres e destituídos, atinge seu clímax em São Paulo, uma metrópole em que, mesmo para o observador inexperiente, o melhor do Primeiro Mundo e o pior do “Quarto Mundo” são evidentes em pleno Terceiro Mundo.

De modo semelhante, a Cidade do México posicionou-se na plataforma das cidades globais. Grandes e crescentes desigualdades condizem com a noção de cidade dual, ou mesmo vão além dela, como descrito pelo modelo mais refinado de exclusão e polarização proposto por Fainstein, Gordon e Harloe (1992).⁷

⁶ Muito curiosamente, vários edifícios na já mencionada Av. Berrini, em São Paulo, foram desenhados pelo arquiteto brasileiro Carlos Bratke, que também é proprietário de grande parte da terra urbana naquela área, monopolizando seu desenvolvimento. Essa área veio a ser conhecida como “Bratkelândia”.

⁷ Fainstein, Gordon, e Harloe (1992) testam a validade da hipótese da “cidade dual”. A imagem “dual” ou polarizada das duas cidades que eles estudaram, Nova York e Londres, obscurece em parte uma realidade muito mais complexa. Formulações como as de “dualidade”, “polarização”, ou “marginalidade”, afirmam eles, passam pela superfície dos complexos processos de mudança social e econômica e podem ser usadas para estigmatizar o estrato socioeconômico inferior, legitimando políticas que pouco fazem para aliviar os problemas causados pela reestruturação urbana que, até mesmo, os intensificam. Para eles, as conclusões de Mollenkopf e Castells em seu estudo de Londres e Nova York (1992) são ainda indevidamente influenciadas pela metáfora da cidade dual, embora concluam com a proposta das “três cidades”: paraíso metropolitano, inferno central, e outros lugares – isto é, a diferenciação estratificada dos espaços urbanos e suburbanos nos quais os grupos restantes residem. Fainstein et al. tentam

Firmas internacionais de arquitetura e incorporação promovem empreendimentos na Cidade do México, tais como os projetos da Praça de Negócios Santa Fé e da Santa Fé Residencial, onde companhias transnacionais multimilionárias ergueram complexos de escritórios altamente estilizados cercados, mais uma vez, por edifícios de apartamentos e serviços muito luxuosos. Além de suas semelhanças com São Paulo, tais empreendimentos são também praticamente indistinguíveis de outros projetos urbanos globais que estão ganhando corpo nos EUA (por exemplo, em Nova York ou em Los Angeles), na Europa (por exemplo, em Frankfurt ou em Londres), ou na Ásia (por exemplo, em Hong Kong ou em Shanghai). De modo bastante significativo, as tradicionais paisagens urbanas e formas de vida do México – híbridos de tradições mexicanas mesoamericanas, coloniais e contemporâneas – são tão prevaletentes e arraigadas em todo o país, que áreas dos centros das cidades velhas são absorvidas, embora não desfiguradas, pela crescente metrópole da Cidade do México. Sua preservação básica constitui fortes *loci* de identidade, mas também de *gentrificação*, aos quais somente grupos da população de alta renda e negócios lucrativos têm acesso, em um fenômeno paralelo – ocorrendo ao mesmo tempo e no mesmo espaço – ao dos projetos de

Santa Fé e outros empreendimentos internacionais do gênero (Tamayo, 2001).⁸

Esses padrões de concentração espacial de grupos de negócios transnacionais, juntamente com a revitalização e a *gentrificação* de partes dos tradicionais centros urbanos, e o deslocamento e/ou *guetificação* de populações excluídas, são fenômenos *convergentes* através da geografia das cidades globais, a despeito das divisões Terceiro Mundo / Primeiro Mundo. O grau de convergência varia, evidentemente, mas o faz de cidade para cidade, e não necessariamente de regiões do Terceiro Mundo para regiões do Primeiro Mundo. A cidade contemporânea é “um produto dos processos intensificados da globalização, através dos quais o global está se tornando localizado e o local está se tornando globalizado a um só tempo” (Soja, 2000, p. 152). Essa simultaneidade está levando a uma “mundialização” da cidade. O que foi central um dia está se tornando periférico e o que era a periferia está se tornando progressivamente central. Exemplo disso é a intensiva urbanização dos subúrbios, que se transformam em cidades de margem, enquanto as cidades centrais e suas áreas internas ficam repletas de migrantes oriundos das regiões mais pobres e em diáspora no mundo. Assim, a cidade contemporânea “tornou-se um centro de fusão e difusão,

achar um *sketch* mais adequado da alocação espacial desses grupos do que a tipologia tripartite de Mollenkopf e Castells. Eles usam a formulação de Marcuse como exemplo, que descreve cinco tipos de áreas – cidade central de luxo, áreas *gentrificadas*, cidades suburbanas, áreas centrais e guetos.

⁸ Os projetos Santa Fé Business Park e Residencial Santa Fé foram concebidos pela firma norte-americana Kaplan, McLaughlin & Diaz. Do mesmo modo, essa firma elaborou o Panambi Master Plan, um complexo de uso misto em São Paulo (Rapaport, 1998).

de crescimento imploroso e explosivo, uma cidade de Primeiro-Segundo-Terceiro Mundo transformada em uma só" (ibid., p. 153). Isso esclarece os novos significados práticos e teóricos de noções como diferença, identidade, subjetividade, multiplicidade, integração; bem como a instável natureza de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual e de idade. Uma combinação similar de descentralização e recentralização está ocorrendo em escala global, dada a Nova Divisão Internacional do Trabalho, com umas poucas e antes pobres regiões do Terceiro Mundo tornando-se Países Recém-Industrializados (NICs), com o Segundo Mundo desintegrando-se em um novo tipo de periferia e com muitas regiões no Primeiro Mundo sofrendo a desindustrialização e a decadência. Velhas dicotomias tais como Primeiro Mundo / Terceiro Mundo, colonizador / colonizado, entram em colapso e se reconstituem de diferentes formas para serem ainda desdobradas (ibid., p. 152-153). Assim, São Paulo ou Cidade do México podem oferecer janelas reveladoras pelas quais se pode compreender a atual transição urbana, tanto quanto Nova York, Londres ou Tóquio.

A obsolescência do tecido urbano em que vivem os "desconectados", aqueles setores mais amplos das cidades globais que têm o potencial de se tornarem a forma arquitetônica e urbana da

divergência, se não da *resistência*, é também um problema crucial em cidades tanto do Terceiro como do Primeiro Mundo. As dificuldades no tratamento desse problema, contudo, tornam-se maiores no Terceiro Mundo, devido à diferença de recursos marginais – tanto econômicos e institucionais quanto públicos e privados – disponíveis para suprir necessidades de manutenção e renovação. No entanto, em muitos lugares no mundo, as oportunidades para a arquitetura da divergência são revividas e acionadas dia após dia. Até muitos dos grupos mais pobres da população têm demonstrado possuir suficientes recursos para obter habitação, malgrado sua estrutura frágil e seu padrão inferior, particularmente no Terceiro Mundo.⁹ Mais ainda, há exemplos promissores em que a interação sinérgica entre lideranças governamentais e envolvimento cidadão torna possível a produção da arquitetura e do urbanismo da divergência baseada em consenso mais amplo, superando significativas restrições sociais, culturais, políticas e econômicas.

Desvendando a oportunidade para a arquitetura e o urbanismo da divergência, Castells aponta seus possíveis caminhos:

Arquitetura e design, visto que suas formas resistem ou interpretam a materialidade abstrata do espaço domi-

⁹ No Terceiro Mundo, muitos pobres acham abrigo por meio de uma miríade de práticas de auto-ajuda. No Primeiro Mundo, a habitação para os pobres é outro problema: com pouco ou nenhum espaço para desenvolver práticas de habitação informais, seja individualmente ou coletivamente, e com dificuldades de acesso a auxílios governamentais, decrescentes em muitas sociedades – particularmente nos EUA –, os destituídos tornam-se freqüentemente sem-teto.

nante dos fluxos, poderiam tornar-se dispositivos essenciais de inovação cultural e autonomia intelectual na sociedade informacional através de duas vias principais. Ou a nova arquitetura constrói os palácios dos novos senhores, expondo assim sua deformidade escondida por detrás da abstração do espaço dos fluxos; ou ela *deita raízes em lugares e, pois, na cultura e nas pessoas*. Em ambos os casos, sob diferentes formas, a arquitetura e o desenho urbano podem estar cavando as trincheiras da resistência para a preservação dos significados na geração de conhecimento. (Castells, 1996, p. 423. Grifo meu)

Em certa medida, ambos os caminhos foram percorridos. Entretanto, a arquitetura e o urbanismo que defende AISayyad – e que eu defenderia – são aqueles que se enraízam em lugares, na cultura e no povo, mantendo ainda uma relação criativa, dialógica/dialética com as forças globais. Castells mostra-se de acordo, invocando a busca pela identidade:

Quanto mais essas sociedades tentam recuperar sua identidade para além da lógica global do poder descontrolado dos fluxos, mais elas precisam de uma arquitetura que exponha sua própria realidade, sem forjar uma beleza a partir de um repertório espacial trans-histórico. (ibid., p. 420)

Sabemos, contudo, que a construção de uma arquitetura representativa é um processo (mais que produto) dialético e não-linear, e que a identidade não pode ser “recuperada”, estando antes em constante fluxo. Essa é a essência do sujeito pós-moderno, conceituado como não tendo identidade fixa, inerente ou permanente.¹⁰ Nas palavras de Hall (1992, p. 275-276),

(...) O sujeito, anteriormente vivenciado como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de muitas identidades, às vezes contraditórias ou não resolvidas. (...) A identidade torna-se um “festival móvel”: é formada e transformada continuamente em relação aos modos pelos quais somos representados ou tratados nos sistemas culturais que nos cercam.

Para um centro urbano, enormes oportunidades podem se revelar quando a diferença é propositalmente buscada para criar vantagens competitivas em um mundo global. Referindo-se a um meio tecnológico, Castells afirma que a globalização não envolve “o impacto fermentador de processos universais, mas, ao contrário, a síntese calculada da diversidade cultural na forma das lógicas e capacidades de inovação regionalmente diferenciada” (Castells, 1996, p. 393). Transpondo para o âmbito urbano, isso sugere que agentes da produção das ci-

¹⁰ O reconhecimento de uma multiplicidade de sujeitos sociais com vozes e identidades legítimas, diferentes e muitas vezes conflitantes advém com o pós-estruturalismo em geral, com a arquitetura pós-moderna em particular, através da (re)apresentação do espaço.

dades deveriam buscar cada vez mais identificar e promover o desenvolvimento que suas cidades têm a oferecer de particular em relação a outras, incluindo seu ambiente construído diferenciado. Podemos ilustrar a assertiva anterior com numerosos exemplos arquitetônicos e urbanísticos das ricas e distintas heranças culturais brasileira e mexicana, que podem ser usados como referência para elaborar mais ambientes construídos distintos e competitivos em São Paulo e na Cidade do México.

Aumentando as perspectivas de uma arquitetura e urbanismo divergentes, a análise da globalização econômica feita por Sassen indaga se a nova geografia transnacional é também o espaço de uma nova política transnacional. Seu reconhecimento da centralidade do lugar no contexto dos processos globais leva-a a desvendar “uma abertura econômica e política transnacional na formação de novas reivindicações e, portanto, na constituição de direitos, notadamente direitos ao lugar, e, no limite, na instituição da ‘cidadania’” (Sassen, 1996). A reestruturação da identidade territorial em meio às relações mutantes entre espaço, conhecimento e poder produziu uma nova política cultural urbana, diferente da política econômica que dominou o urbanismo modernista. Essa nova esfera política está cada vez mais vinculada às especificidades espaciais do urbanismo e a uma crescente consciência social acerca de como o espaço atua como instrumento de subordinação e controle. A simultânea virada política nos estudos sobre a globalização começou a direcionar seu foco para o

grau em que a globalização impõe uma reelaboração e redefinição da democracia e da cidadania no mundo urbano contemporâneo. Esse enfoque político também fornece uma ponte entre a economia geopolítica e os estudos culturais críticos, especialmente em torno de temas como a definição dos direitos à cidade, a nova esfera política cultural da identidade e da representação e lutas por justiça espacial (Soja, 2000). A cidade é, pois, o novo lócus privilegiado de contestação entre reivindicações conflitantes “do capital global, que usa a cidade como uma ‘commodity organizacional’, mas também de setores desfavorecidos da população urbana” (Sassen, 1996, p. 11), que usam a cidade como plataforma para a formação de reivindicações novas e/ou renovadas por lugar e cidadania.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas práticas de participação e governança nos processos de desenvolvimento urbano, certas experiências urbanas demonstram o valor da apreciação de Sivaramakrishnan acerca das características das abordagens da convergência focadas na solução de problemas urbanos – nomeadamente, envolvimento do cidadão, boa governança e amplas relações entre os líderes e os chamados *stakeholders* no seio das cidades, bem como entre cidades, no Sul e no Norte. Mesmo em ambientes não hospitaleiros, pode-se ter progresso forjando novos espaços para a efetiva governança urbana e uma participação política, que, em última instância, desdobram-se em transformações positivas – mais equitativas e inclusivas – do ambiente construído.

Idéias conclusivas

Em vez de invocar os conceitos de convergência/divergência para explicar o papel da arquitetura, do desenho e do planejamento urbanos como definidores do *status* da cidade nas redes regionais e global, este trabalho buscou problematizá-los. Portanto, não é tão crucial indagar se as transformações urbanas estão ocorrendo no Terceiro Mundo *vis-à-vis* do Primeiro Mundo, mas importa romper com aquela dicotomia moderna para reconhecer a interconectividade, a interdependência e a sobreposição entre “mundos” até no interior de uma mesma cidade. É problemático concentrar-se sobretudo nos discursos em torno desses termos – convergência / divergência, Terceiro Mundo / Primeiro Mundo –; ou seja, quem os define, segundo que padrões, com que agenda?

Nesse contexto, de que modo as interações entre governança urbana e envolvimento do cidadão contribuíram para criar formas de arquitetura e de desenho urbano similares ou diferentes nas cidades do Terceiro e Primeiro Mundos? Existem a arquitetura e o urbanismo da convergência, embora decorram menos de experiências localizadas de governança e de envolvimento do cidadão do que de pressões homogeneizantes impostas

pela globalização sobre cidades que precisam ou procuram estar “conectadas” de algum modo aos mercados globais para sobreviver e prosperar.

Por outro lado, é através da singularidade da política de governança e de envolvimento do cidadão que se manifestam em cada lugar a arquitetura e o urbanismo da *divergência*. De modo bastante significativo, Castells reconhece que a lógica mesma da sociedade em rede “lança seus próprios desafios”, na forma de identidades de *resistência* ou de *projeto*,¹¹ “*sob condições e mediante processos que são específicos para cada contexto institucional e cultural*” (Castells, 1997, p. 359. Grifo do autor). Identidades de resistência e de projeto encontram formas de expressão através da arquitetura e do urbanismo. A arquitetura e o urbanismo de *resistência* adotaram como trincheira a tradição e a herança – ou sua reconstrução social – transformando-as em fontes de identificação e diferenciação com relação aos “outros”. A arquitetura e o urbanismo de *projeto* ainda constroem a partir da tradição e da história, mas buscam responder criativamente a novos desafios ou, melhor ainda, desafiar os paradigmas sociais correntes.¹²

¹¹ Apenas um *sujeito* pode se engajar na busca da identidade de um projeto. Castells usa a definição de sujeito formulada por Touraine, ou seja, “o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de dar sentido a todo o domínio das experiências da vida individual”. A formação dos sujeitos requer “duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidade, e a dos indivíduos contra o mercado (Touraine, 1995a, p. 29-30; na tradução de Castells). Os obstáculos à construção de sujeitos crescem com as forças globais de exclusão. Analisando o fenômeno, entretanto, Touraine et al. (1996) percebem a maciça reação à imposição da exclusão, a “grande recusa”.

¹² Exemplos do desenvolvimento de uma arquitetura e urbanismo de *projeto* são, por exemplo, as propostas de uma “cidade feminista” (Servon e Castells, 1996); de uma “cidade não-sexista” (Hayden, 1981); ou de um “transnacionalismo crítico” (Irazábal, 2003).

Referências bibliográficas

- ALSAYYAD, N. From Vernacularism to Globalism: The Temporal Reality of Traditional Settlements. *Traditional Dwellings and Settlements Review. Journal of the International Association for the Study of Traditional Environments*, v. 7, n. 1, p. 13-24, Fall 1995.
- _____. Culture, Identity, and Urbanism in a Changing World: A Historical Perspective on Colonialism, Nationalism, and Globalization. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- APPADURAI, A. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1996.
- BAUDRILLARD, J. The Ecstasy of Communication. In: FOSTER, H. (Ed.). *The Anti-Aesthetic*. Seattle: Bay Press, 1983. p. 126-134.
- BHABHA, Homi. "The Third Space." In: RUTHERFORD, J. (Ed.). *Identity, Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, 1991.
- CASTELLS, M. *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and The Urban-Regional Process*. Oxford: Blackwell, 1989.
- _____. *The Information Age. Economy, Society, and Culture: The Rise of the Network Society*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 1996. V. I.
- _____. *The Information Age. Economy, Society, and Culture: The Power of Identity*. Malden, MA: Blackwell Publisher, 1997. V. II.
- _____. *The Information Age. Economy, Society, and Culture: End of Millennium*. Malden, MA: Blackwell Publishers, 1998. V. III.
- CHALMERS, D. et al. (Ed.). *The New Politics of Inequality in Latin America: Rethinking Participation and Representation*. New York: Oxford University Press, 1997.
- COHEN, M. The Hypothesis of Urban Convergence: Are Cities in the North and South Becoming More Alike in an Age of Globalization? In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London: Verso, 1990.
- DUCCI, M. Elena. The Politics of Urban Sustainability. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- ELLIN, N. *Postmodern Urbanism*. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

- FAINSTEIN, S.; GORDON, I.; HARLOE, M. *Divided Cities*. Oxford: Blackwell, 1992.
- FISHER, R.; KLING, J. Introduction: The Continued Vitality of Community Mobilization. In: _____ (Ed.). *Mobilizing the Community: Local Politics in the Era of the Global City*. *Urban Affairs Annual Review 41*, Newbury Park: Sage Publications, 1993.
- FISHER, R. Grass-Roots Organizing Worldwide: Common Ground, Historical Roots and the Tension Between Democracy and the State. In: FISHER, R.; KLING, J. (Ed.). *Mobilizing the Community: Local Politics in the Era of the Global City*. *Urban Affairs Annual Review 41*, Newbury Park: Sage Publications, 1993.
- GUPTA, A.; FERGUSON, J. *Culture, Power, Place: Explorations in Critical Anthropology*. Durham and London: Duke University Press, 1999.
- HALFANI, M. Marginality and Dynamism: Prospects for the Sub-Saharan African City. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- HALL, S. The Question of Cultural Identity. In: HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, T. (Ed.). *Modernity and Its Futures*. London: Polity Press, Open University, 1992.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1989.
- _____. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Cambridge, MA.: Blackwell, 1996.
- HAYDEN, D. What would a Non-Sexist City be Like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work. In: STIMPSON, C.; DIXLER, E. et al. (Ed.). *Women and the American City*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- HOBBSBAWM, E. Inventing Traditions. In: HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (Ed.). *The Invention of Tradition*. New York: Cambridge University Press, 1983. p. 1-14.
- IRAZÁBAL, Clara. Chronicle of the Latin American Symposium. Urban and Regional Links in the Global Age: Development and Integration in Latin America. *IURD Bulletin*, May 1999.
- _____. Architecture and the Production of Postcard Images: Invocations of Tradition vs. Critical Transnationalism in Curitiba. In: ALSAYYAD, N. (Ed.). *The End of Tradition?* London: Routledge, 2003.
- MOLLENKOPF, J. H.; CASTELLS, M. *Dual City: Restructuring New York*. New York: Russell Sage Foundation, 1992.
- NEDERVEEN, P. Globalization as Hybridization. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S.; ROBERTSON, R. (Ed.). *Global Modernities*. London: Sage, 1995.
- ONG, A. Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality. Durham and London: Duke University Press, 1999.

- RAPAPORT, R. *Kaplan, McLaughlin & Diaz*. Placemaking, Innovation and Individuality. Gloucester, MA.: Rockport Publishers, 1998.
- RUBLE, B.; TULCHIN, J.; GARLAND, A. Introduction: Globalism and Local Realities – Five Paths to the Urban Future. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- SASSEN, S. *The Global City*. New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.
- _____. Whose City is it? *Traditional Dwellings and Settlements Review*, v. VIII, n. 1, p. 11, 1996.
- SAVITCH, H. V. Cities in a Global Era: A New Paradigm for the Next Millennium. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- SCHTEINGART, M. What has and has not Changed since Habitat I: A View from the South. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- SERVON, L.; CASTELLS, M. The Feminist City: A Plural Blueprint. *IURD Working Paper*. Berkeley: University of California at Berkeley, 1996.
- SIM, S. (Ed.). The Routledge Critical Dictionary of Postmodern Thought. *New York: Routledge, 1999*.
- SIVARAMAKRISHNAN, K. C. Urban Governance: Changing Realities. In: COHEN, M. et al. (Ed.). *Preparing for the Urban Future: Global Pressures and Local Forces*. Washington, D.C.: The Woodrow Wilson Center Press, 1996.
- SMITH, M. P. *Transnational Urbanism: Locating Globalization*. Malden, MA.: Blackwell Publishers, 2001.
- SOJA, E. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Malden, MA.: Blackwell Publishers, 2000.
- SOUZA, M. Adelia de. (Ed.). *O Mundo do Cidadão: Um Cidadão do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- STONE, C. Urban Regimes: A Research Perspective. In: JUDD, D.; KANTOR, P. (Ed.). *The Politics of Urban America: A Reader*. Needham Heights: Allyn and Bacon, 1998.
- TAMAYO, S. Archipiélagos de la Modernidad Urbana: Arquitecturas de la Globalización en la Ciudad de México. *Anuario de Espacios Urbanos: Historia, Cultura, Diseño*. México: Universidad Autónoma Metropolitana Azcapotzalco, 2001.
- TAYLOR, P. World-Systems Analysis. In: JOHNSON, R. J. et al. (Ed.). *The Dictionary of Human Geography*. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2000.
- TOURNAINE, A. *Lettre à Lionel, Michel, Jacques, Martine, Bernard, Dominique... et vous*.

Tradução de Manuel Castells. Paris: Fayard, 1995.

TOURAINÉ, A. et al. *Le Grand Refus: Reflexions sur la Grève de Décembre 1995*. Paris: Fayard, 1996.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

_____. The National and the Universal: Can There Be Such a Thing as a World Culture? In: KING, A. (Ed.). *Culture, Globalization, and the World System*. London: Macmillan, 1991. p. 91-106.

WATTS, M.; JOHNSTON, R. J.; TAYLOR, P. J. (Ed.). *Geographies of Global Change: Remapping the World in the Late Twentieth Century*. Cambridge, MA.: Blackwell, 1995.

Resumo

Alguns pesquisadores argumentam que as cidades do Terceiro e do Primeiro Mundo estão se tornando cada vez mais semelhantes. Outros discordam dessa teoria da convergência, alegando que tais similaridades são apenas superficiais. O presente trabalho sustenta que as discrepâncias entre as duas teorias são mais aparentes que reais e propõe que se aborde a convergência mais no âmbito das soluções do que no âmbito dos problemas, chamando a atenção para o papel da participação cidadã e da governança urbana em bem-sucedidas experiências em cidades tanto do Terceiro Mundo como do Primeiro Mundo. O texto também reflete sobre a arquitetura e o urbanismo da convergência, tais como percebidos nas novas cidades globais, independentemente das divisões Norte/Sul. Por fim, são apresentadas algumas idéias sobre as potencialidades da arquitetura e do urbanismo da divergência

Abstract

Some scholars have argued that cities of the Third World and the First World are becoming increasingly similar. Yet, others disagree with this convergence theory, claiming that these similarities are only superficial. I argue that the discrepancies between the two theories are more apparent than real, and propose to focus more on the convergent approaches to the solutions of the problems rather than on the similarities of the problems themselves, stressing the role that citizen participation and urban governance have had in successful urban experiences both in Third and First World cities. I also reflect on the architecture and urbanism of convergence, as perceived in the new global cities, independently of South/North divisions. Finally, I contribute some thoughts on the potential for the architecture and urbanism of divergence as expressions of changing social and political claims

como expressões de mudanças nas demandas sociais e na formação de identidades no âmbito urbano.

Palavras-chave: convergência, divergência, globalização

and the formation of new identities in the urban realm.

Keywords: convergence, divergence, globalization

Recebido em maio de 2003. Aprovado para publicação em junho de 2003

Clara Irazábal é professora da School of Policy, Planning, and Development, da University of Southern California, Los Angeles, California